

**PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PREENCHIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA
DE 2.º GRAU PARA A DIVISÃO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL, DA UNIDADE DE AMBIENTE,
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE**

ATA N.º 3

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas 16h30 horas, reuniu o júri do procedimento concursal para preenchimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau para a Divisão de Avaliação Ambiental, da Unidade de Ambiente, Conservação da Natureza e Biodiversidade, a que se refere o Aviso (extrato) n.º 26537/2025/2, publicado na 2ª Série do Diário da República, nº 205, de vinte e três de outubro, e na Bolsa de Emprego Público com o código BEP OE202510/0605.

Estiveram presentes os membros do júri, a saber:

Presidente: Ana Sofia Patrício Fernandes Morais, Diretora da Unidade de Ambiente, Conservação da Natureza e Biodiversidade da CCDR Centro;

Primeiro Vogal Efetivo: Maria Andreia Stockler Morais Duborjal Cabral de Carvalho, Chefe da Divisão de Avaliação e Ação Ambiental da Unidade de Ambiente da CCDR Norte;

Segundo Vogal Efetivo: Maria Alexandra de Sousa Aragão, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação curricular das candidaturas;
2. Avaliação e ponderação das Entrevistas Públicas;
3. Seleção do candidato.

Relativamente ao ponto 1, após apreciação curricular das candidaturas, e aplicação da fórmula de ponderação das Habilitações Académicas, Experiência Profissional e Formação Profissional aprovada na primeira reunião, o júri deliberou atribuir aos candidatos a classificação constante das fichas que se encontram anexas à presente ata (anexo I).

Sobre o ponto 2, importa desde já referir que os candidatos Marco Filipe Neves Dias e Maria Manuela Vieira de Oliveira não estiveram presentes na Entrevista Pública, o que determina a sua eliminação, conforme regra estabelecida na 1ª reunião de júri.

As entrevistas destinaram-se a aferir, confirmar ou complementar as competências reveladas na análise curricular, tendo sido abordados, sucessivamente, temas relativos à gestão da unidade orgânica objeto do procedimento, avaliação de impacte ambiental e conservação da natureza.

Após realização das entrevistas, o júri deliberou atribuir aos candidatos a classificação constante das fichas individuais que se encontram anexas à presente ata (anexo II), sendo especialmente identificados os aspetos mais relevantes que determinaram a notação do Júri em cada parâmetro, sempre que, em apreciação comparativa, um candidato se destacou dos restantes. De forma geral, todos os candidatos tiveram uma performance positiva nos parâmetros analisados de todas as competências, identificando-se nas fichas anexas (anexo II) os aspetos que relevaram.

De notar que houve consenso total na avaliação dos três elementos do júri na avaliação dos parâmetros que integram as competências, o que se traduziu numa votação unânime do júri.

De entre os entrevistados, destacou-se uma candidata que demonstrou especial preparação para o cargo a que se candidata, revelando conhecimentos técnicos de base e muito atualizados, elevada capacidade de expressão e comunicação, e um sólido conhecimento das atribuições do serviço.

Por fim, relativamente ao ponto 3, aplicada a fórmula aprovada na primeira reunião de júri, relativa à Classificação Final, o júri deliberou aprovar a lista de resultados com base nos métodos de seleção, ordenada alfabeticamente, a qual consta do anexo III.

Face ao que antecede, o júri concluiu que Edite Maria Fernandes Morais reúne as condições exigidas para o desempenho do cargo a prover, face à avaliação curricular efetuada, bem como ao demonstrado na entrevista pública, na qual revelou um elevado desempenho global em todos os parâmetros.

Considerando os fundamentos mencionados, o júri propõe, ao Conselho Diretivo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P., que Edite Maria Fernandes Morais

seja nomeada para o cargo de Chefe de Divisão de Avaliação Ambiental, ao abrigo do disposto nos n.ºs 6, 9 e 10 do art.º 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação.

Nos termos do n.º 13.º, do artigo 21.º, do Estatuto do Pessoal Dirigente, o procedimento concursal é urgente e de interesse público, pelo que não há lugar a audiência de interessados.

Nada mais havendo a tratar, o júri deu por encerrada a presente reunião, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do Júri.

A Presidente do Júri,

Assinado por: **Ana Sofia Patrício Fernandes
Morais**
Num. de Identificação: 10003266
Data: 2025.12.29 13:01:59+00'00'

A Primeira vogal,

Assinado por: **Maria Andreia Stockler Morais
Duborjal Cabral de Carvalho**
Num. de Identificação: 10586983
Data: 2025.12.29 15:11:06+00'00'

A Segunda vogal,

Assinado por: **Maria Alexandra de
Sousa Aragão**
Num. de Identificação: 07641898
Data: 2025.12.29 13:16:03+00'00'

